

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

Juliana Lemes da Cruz

Doutoranda em Política Social pela UFF. Pesquisadora GEPAF/UFVJM. Bolsista Capes. Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais.

Resumo: Este estudo analisou o processo de constituição e fortalecimento do grupo formado em razão do Projeto Mulher Livre de Violência na comunidade rural do Cedro, município de Teófilo Otoni, em Minas Gerais. O objetivo do estudo foi apresentar as alternativas formuladas coletivamente, para fazer frente às relações conflituosas entre gêneros, que precedem a violência doméstica contra as mulheres. Para tanto, metodologicamente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e análise de documentos produzidos no âmbito do Projeto MLV, entre os anos de 2018 e 2019. Foram utilizados referenciais fundamentados sob o olhar da ecologia de saberes, relações entre gêneros e violência contra as mulheres. Seus resultados evidenciam o quanto a valorização dos saberes das mulheres e a atuação policial militar qualificada, constituem, conjuntamente, potencialidades à formulação de alternativas para o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica contra as mulheres.

Palavras chave: Violência. Mulheres. Ecologia de Saberes. Polícia Militar. Prevenção

Abstract: This study analyzed the process of constitution and strengthening of the group formed due to the Project Women Free from Violence in the rural community of Cedro, municipality of Teófilo Otoni, Minas Gerais. The aim of the study was to present collectively formulated alternatives to address conflicting gender relations that precede domestic violence against women. Methodologically, we used bibliographic research and analysis of documents produced under the MLV Project, between 2018 and 2019. References based on the ecology of knowledge, gender relations and violence against women were used. Their results show how much the valorization of women's knowledge and the qualified military police action, together, constitute potentialities for the formulation of alternatives to confront the phenomenon of domestic violence against women.

Keywords: Violence. Women. Ecology of Knowledge. Military Police. Prevention

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendeu-se apresentar reflexões sobre o grupo de mulheres formado em razão do Projeto Mulher Livre de Violência (MLV), constituído na comunidade rural do Cedro, município de Teófilo Otoni, Vale do Mucuri, em Minas Gerais, Brasil. O objetivo do artigo foi apresentar as alternativas formuladas coletivamente, para fazer frelecimento do citado grupo, de modo a evidenciar a relevância do estreitamento dos vínculos entre a PM e a comunidade, bem como, as estratégias de aproximação ao espaço comunitário daquelas mulheres. Trata-se de uma experiência que oportunizou à equipe integrante, a observação e o aprendizado, ao passo que permitiu amadurecimento das maneiras de olhar e interpretar aquela realidade. Assim, este texto não se refere a algo pronto e acabado, mas sim, um registro de vivências de pesquisa em andamento. O estudo pretende contribuir para a reflexão sobre a importância da articulação entre sujeitos sociais com olhares e saberes diferentes, estimulando o(a) leitor(a) a pensar as redes sociais/comunitárias como espaços privilegiados para atuação compartilhada no sentido da prevenção e enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Para tanto, metodologicamente, recorreu-se à análise documental, assim como, a utilização de referenciais que subsidiassem as reflexões sobre o processo de constituição e formulação da rede de apoio às mulheres da comunidade do Cedro. Dentre eles, contribuições dos estudos de: Alain Torraine (1994), Boaventura de Souza Santos (2007), Heleieth Saffioti (2004), Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018), e Pierre Bourdieu (1989; 2017).

Foram analisados relatórios das atividades produzidas mensalmente pela equipe multidisciplinar do Projeto MLV, entre os meses de junho de 2018 e maio de 2019. Neste estudo, os registros das primeiras reuniões foram codificados da seguinte

forma: RR1, RR2 e RR3 e o ano. Aqueles relativos aos encontros começam pelo mês de junho/2018, RE.1,2018, até o relatório de encontro relativo ao mês de maio/19, que será RE.12.2019.

Conforme Cellard (2008, p.295), o documento escrito constitui “fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”. Portanto,

os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como “contêineres de informação”, devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos. (FLICK, 2009, p.234, grifos do autor).

Os relatórios analisados encontram-se arquivados por meio digital junto à pasta do projeto, acessível aos membros previamente autorizados por compartilhamento virtual (utilização da ferramenta google drive), em razão do uso para fins de pesquisa.

Os referidos documentos foram abordados sob a perspectiva da ecologia de saberes, uma vez que se constitui a noção que melhor dialoga com a pluralidade de sujeitos envolvidos e objetivo geral da iniciativa (o projeto que objetiva a prevenção criminal pela via do empoderamento feminino e autonomia econômica).

O presente artigo, além desta introdução e das considerações finais, está estruturado sob o seguinte roteiro: 2) A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, onde pretendeu-se situar o(a) leitor(a) sobre a construção da agenda e implementação da referida política; e 3) Encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as Mulheres do Cedro, onde buscou-se expor reflexões e alternativas formuladas por meio do esforço intersetorial, no sentido da prevenção à violência contra as mulheres.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

2 A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Enfrentamento à violência doméstica contra mulheres adentrou à agenda política como resultado da luta histórica dos movimentos de mulheres, especialmente a partir da década de 1970, quando as violências cotidianas em âmbito familiar começaram a se tornar públicas (MELO e THOMÉ, 2018). Embora não tenha provocado mudanças tão significativas em curto prazo, a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), no ano de 2003, representou importante inflexão neste cenário.

Através da convocação, feita pela SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) no ano de 2004, com a participação de movimentos de mulheres, representantes dos poderes executivo dos estados e municípios, diversos ministérios e secretarias especiais, alguns dos quais, coordenadores da referida iniciativa, que resultou na elaboração do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, no referido ano. Com mais robustez no que tange às parcerias envolvidas, no ano de 2007, foi realizada a II CNPM e publicado no ano seguinte, o II PNPM (BRASIL, 2004, 2008).

O texto final da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (BRASIL, 2011a) trouxe a proposta do Pacto Nacional (BRASIL, 2011b), documento que consta as ações a serem desenvolvidas a partir da responsabilidade compartilhada entre os três entes federativos, organizações não governamentais e sociedade civil.

O Pacto, instituído entre governo federal, estados e municípios, prevê as ações e metas a serem implementadas no âmbito da Política Nacional e acompanha seus quatro eixos estruturantes:

1) enfrentamento e combate; 2) prevenção; 3) assistência; e 4) acesso e garantia de direitos das mulheres. A partir de tais bases, o referido Pacto inscreve-se sob as seguintes áreas estruturantes seguidas por planos de ação articulados: I) garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; II) ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; III) garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; IV) garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; V) garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. (BRASIL, 2011b, p.38). Para fazer frente à fragmentação dos serviços aliada às dificuldades de diálogo entre setores, instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil é que a ideia de trabalho em rede ganhou força, buscando dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres¹. Portanto, o enfrentamento à violência requer um conjunto de ações e serviços que sejam capazes de desconstruir desigualdades, a partir do compartilhamento das responsabilidades entre os distintos setores, em especial, os diretamente envolvidos: saúde, segurança pública, justiça e assistência social.

As relações desiguais entre gêneros mantiveram-se ao longo da história, mudando apenas o contexto e predominando o caráter de dominação da mulher pelo homem, chegando ao que se encontra hoje: uma sociedade que reflete o patriarcado² e que reproduz na dinâmica das relações modernas, os valores de uma cultura que é transmitida de pai para filho como se fosse

¹ O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2011c, p.7).

² [...] regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004, p.47).

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

um processo natural e não resultante histórico da construção das relações sociais. Tal naturalização evidencia como uma das expressões dessa dominação: a violência doméstica contra as mulheres.

A legislação brasileira, por meio da Lei 11.340/2006 (Maria da Penha), configurou a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, art.5º). A norma enumera cinco modalidades de violência: a física, a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial. Infere-se que são várias as relações assinaladas pela Lei, mas, para fins deste estudo, considerou-se apenas os casos que envolvam relação íntima de afeto. Nesse cenário, a mulher não é mero objeto da ação, ela é sujeito.

Para Saffioti (2004), alguns autores desconsideram esse fato, situando a mulher apenas como vítima, não sujeito, e, por via de consequência, passivas. Porém, a mulher é também sujeito da ação, reagindo às agressões de variadas formas, não ficando apenas em uma posição passiva.

Não há objeto, mas sujeitos. Cabe lembrar que “sujeito atua sempre, mesmo situado no polo de dominado” (SAFFIOTI, 2004, p.46). As mulheres não se entregam sem reação à violência, elas cedem por não haver alternativa.

A noção da mulher, enquanto sujeito, redimensiona a ideia de papéis definidos conforme gênero, atribuída à opressão das mulheres pelos homens. Uma condição a ser superada pela grande volta da ação coletiva, mobilizada por princípios e sentimentos, em defesa de identidades.

Conforme Torraine (1994), o sujeito é a construção do indivíduo como um ator/agente, associado ao modo de construção da experiência social e intimamente relacionado às relações sociais. É um contestador, capaz de mudar realidades. Por outro lado, o “mundo” dos homens, os submete à iniciação regida de rituais que encaminham desde menino ao acesso à virilidade, o que se exige de homens.

Uma aprendizagem que se faz no sofrimento e que nega em todos os sentidos a imagem feminina, associada à fragilidade (WELZER-LANG, 2001, p.464). Homens e mulheres não percebem da mesma forma as violências, diz o autor. Por meio de um conjunto simbólico de posturas, homens preservam seus poderes sobre as mulheres, utilizando de violências. Seja no espaço doméstico, seja no espaço público, ou do trabalho. São múltiplas as formas implicadas, e são elas a clara representação da divisão entre os gêneros, a divisão desigual de poder que funda a dominação masculina.

3 ENCONTROS E DIÁLOGOS ENTRE A POLÍCIA MILITAR E AS MULHERES DO CEDRO

A iniciativa apresentada a seguir trata-se de um instrumento de apoio, que resultou do processo de articulação entre sujeitos que se mobilizaram pela melhoria das condições de segurança da comunidade, de modo que, tanto os serviços oferecidos pelo Estado quanto as iniciativas da sociedade civil organizada ou dos sujeitos que compõem as comunidades individualmente, mantêm-se fundamentais para a proteção social, uma vez que representam essa rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

3.1 Caracterização da comunidade

A comunidade rural do Cedro está localizada a 10 km da sede do município de Teófilo Otoni, engloba localidades circunvizinhas

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

que comportam cerca de 200 famílias, as quais têm na Associação Comunitária Barra do Cedro, na Unidade Básica de Saúde, na Escola e nas duas igrejas (católica e adventista), suas principais referências. As famílias, geralmente são constituídas por relação de parentesco, o que condiciona as relações comunitárias.

O município de Teófilo Otoni, localizado na região nordeste de Minas Gerais, é considerado polo microrregional do Vale do Mucuri, composto por mais 26 municípios. Está distante 450km da capital mineira, sob área territorial de 3.242.270 km², com população estimada de 140.235 hab. em 2018. Tal município possui Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0, 701 e apresenta tímidas expressões culturais (IBGE, 2019).

Acidade é considerada pelos populares, comerciantes e lapidários, a capital mundial das pedras preciosas, pela importância das atividades desenvolvidas. No que tange às políticas voltadas para mulheres, as iniciativas são pontuais e descontínuas. O Conselho Municipal de Direitos da Mulher foi criado no ano de 2018, e mantém atividades ainda inexpressivas.

3.2 O serviço da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar

A PPVD faz parte do Portfólio de serviços da PMMG, sob a instrução nº 3. 03.15/2015. Em âmbito estadual, foi implementada no ano de 2010 na capital mineira. Em Teófilo Otoni, município sede do 19º Batalhão e da 15ª Região de Polícia Militar (RPM), as atividades iniciaram-se no ano de 2013, integrando no mínimo, uma policial do gênero feminino. Atualmente, o serviço da PPVD é ofertado em doze regiões das dezenove regiões de Polícia Militar, compreendendo 23 municípios, geralmente, de médio e grande porte (MINAS GERAIS, 2015).

A Patrulha compõe a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, realiza cadastro e acompanhamento dos casos graves, e encaminhamento das mulheres em situação de violência, bem como suas famílias, ao apoio dos parceiros da rede. Os atendimentos da PPVD são em 2ª resposta ao registro de ocorrência, ou seja, o serviço é orientado para o acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica identificadas a partir do atendimento em 1ª resposta feito pelas equipes de atendimento de emergência PM (CRUZ e

SANTOS, 2018). Em conjunto com outras iniciativas, a proposta dessa modalidade de policiamento é promover a segurança pública, através da prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres em Minas. A PPVD atendeu apenas em Teófilo Otoni, entre os anos de 2013 e 2019, cerca de 1.900 casos, dentre atendimentos às mulheres vítimas com registro de situações reincidentes e de casos com primeiro registro. Conforme Saffioti (2004, p.43),

Partindo da premissa, verdadeira, em qualquer parte do mundo em maior ou menor grau, de que uma pequena fração da violência cometida por homens contra mulheres chega as autoridades policiais, esta cifra é extraordinariamente alta.

A demanda real dessas violências pode ser significativamente superior ao que é possível notificar atualmente. Em Teófilo Otoni, são registrados, diariamente, média de 3 ocorrências/registros, caracterizados como “violência doméstica contra a mulher”. Alguns municípios situados no Vale do Mucuri obtiveram destaque por ostentarem médias anuais de registros de crimes relacionados à violência doméstica contra mulheres, acima da média estadual, durante três anos consecutivos (2016, 2017 e 2018). São eles: Campanário, Carlos Chagas, Itambacuri, Malacacheta e Teófilo Otoni (MINAS GERAIS, 2019). Tais municípios, com exceção de Campanário, dispõem de Delegacia de Polícia Civil que funcionam no horário de expediente durante os dias úteis da semana.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

Dos 27 municípios do território, apenas em Teófilo Otoni há, conjuntamente, Delegacia Regional em regime de plantão noturno, unidade da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e PPVD.

3.3 O Projeto Mulher Livre de Violência (MLV)

Foi por meio da experiência de atendimento de mulheres em situação de violência, por meio da PPVD do 19º Batalhão de Teófilo Otoni que foi possível o entendimento que, ao profissional de segurança pública, a abordagem desse assunto exige bem mais do que o saber técnico. O serviço exige sensibilidade e compromisso com uma das causas mais debatidas no mundo, mas ao mesmo tempo, tão invisibilizada. Assim, inicialmente denominado “A realidade que a gente quer, não tem violência contra a mulher”, o projeto Mulher Livre de Violência criado em 2016, concorreu ao edital “Militar que eu quero ser” no mesmo ano, promovido pela Associação Feminina de Assistência Social e Cultura³ (AFAS), sendo contemplado naquela ocasião. Seu objetivo inicial era difundir informações e apoiar articulação da rede de apoio às mulheres urbanas e rurais, por meio de palestras, oficinas e intervenções em outros municípios, alcançando direta e indiretamente, 6.000 pessoas no primeiro ano de atividades. A equipe responsável pelo planejamento e execução das atividades é composta por policiais militares componentes da PPVD, docentes, técnicos do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar⁴ (GEPAF), da Universidade Federal dos Vales

³ A AFAS foi criada em 1970 por esposas de policiais militares. Desde o ano de 2015, a AFAS divulga editais para apoio aos projetos de militares, com o objetivo de valorizar as iniciativas de policiais e bombeiros que, atuando diretamente com públicos em situação de vulnerabilidade social, sentem-se responsáveis e capazes de ajudar a transformar realidades. No ano de 2019 já constam cadastrados junto à AFAS 215 projetos coordenados por policiais e bombeiros militares de Minas.

⁴ O projeto MLV está registrado como extensão universitária junto ao programa nº 051.1.008-2011 do GEPAF.

do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), discentes e voluntários de distintas áreas do saber.

3.4 Reflexões e alternativas formuladas para o enfrentamento da violência contra as mulheres: o grupo Mulheres do Cedro sob a ótica da ecologia dos saberes

Com foco na realidade invisibilizada das violências, traçou-se a segunda fase do projeto MLV, voltado à prevenção criminal junto às mulheres rurais.

Uma das lideranças relatou que precisaríamos fazer alguma coisa por fulana, mas, ela não poderia nem desconfiar que sabíamos o que estava acontecendo com ela, porque ficaria muito chateada, envergonhada e negaria tudo. Esta mulher seria muito nervosa e também agride[reage] o companheiro. A liderança diz tentar ajudar, pois é aparentada. Entristece-se. A filha do casal vê tudo que acontece (RR1, 2018).

O grupo Mulheres do Cedro, que engloba 45 meninas e mulheres, com faixa etária entre 12 e 90 anos, foi pensado como iniciativa piloto do projeto MLV. Acredita-se que meninas e mulheres seguras de si, confiantes de suas capacidades e cientes de seus direitos, dificilmente toleram violências. Assim, algumas alternativas foram formuladas coletivamente para fazer frente às relações conflituosas entre gêneros, que precedem a violência doméstica contra as mulheres. Dentre as alternativas pensadas, 1) a realização de encontros mensais, em um dia escolhido pelas lideranças do lugar, aliando a difusão de informações por meio de vídeos, rodas de conversa, intercâmbios e dinâmicas de grupo; 2) como atrativo, fomentou-se o incentivo à confecção do artesanato criativo, ilustrado em tecido de fardamento doado por policiais e bombeiros militares, através dos diferentes olhares sobre mulheres na sociedade e a realidade cotidiana local.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

Figura 1 - Bolsas *nécessaire*



Fonte: Cambuí, 2019.

Figura 2 – Encontro mensal



Fonte: Cambuí, 2019.

O processo de constituição do grupo de Mulheres do Cedro perpassou o conjunto de incertezas da equipe que planejava a aproximação com as mulheres em situação de violência. O habitus conceituado por Bourdieu (2017) contribui com a compreensão das construções comunitárias a partir do fenômeno da violência contra as mulheres.

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades

individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. (SETTON, 2002, p.63).

Nesse sentido, foi utilizada como estratégia naquele contexto, 3) a identificação do alcance dos saberes, costumes e valores comunitários, como eles são percebidos entre elas e de que forma deveria ser explorada a temática da violência doméstica. Ocorre que, o desafio do novo mundo é desmistificar o saber científico como reflexo das verdades incontestáveis (SANTOS, 2007), e como sugeriu Torraine (1994), o ‘retorno do sujeito’ permitirá que as pessoas tomem as rédeas de suas vidas, promovendo transformações.

O conhecimento não admite hierarquia e mesmo que muitos ainda exaltem seus títulos e prerrogativas, é um equívoco crer que há saberes escalonados por nível de importância, pelo valor de quem os diz ou de onde eles são pronunciados. Segundo Santos (2007), as tensões entre a ciência – que detêm o monopólio do verdadeiro e do falso – com a teologia e a filosofia, ao passo que se tornaram visíveis sob a noção do pensamento abissal moderno⁵, invisibilizou outras formas de conhecimento, como os “populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas” (p.72-73). No movimento contra hegemônico, o autor expõe a ideia do pensamento pós- abissal, que considera a diversidade do mundo como inesgotável.

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul [...] uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p.85).

⁵ No campo do conhecimento, “o pensamento abissal moderno se destaca pela capacidade de produzir e radicalizar distinções” (SANTOS, 2007, p.72).

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

As crenças, que segundo o autor, fazem parte da subjetividade e da identidade, entende que as ideias são exteriores, portanto, distintas. Essa diferença entre crença e ideias representa uma dualidade que demonstra maneiras distintas de vivenciar socialmente a ciência.

Diante do desafio colocado à equipe de voluntários, buscou-se pensar como seria tratado um tema tão caro àquelas mulheres, de forma branda, sem constrangê-las. Em razão da experiência cotidiana, a equipe estava convencida de que uma mesma linguagem não alcançaria todas, dada a pluralidade de sujeito, que compõem relações individuais, familiares e comunitárias. Seria pretensioso tentar formular a receita a partir do que era possível ser visto naquele cenário.

Buscou-se a história da comunidade, os córregos do entorno, as referências em termos de instituição e lideranças. Assim como, as atividades desenvolvidas, grupos familiares e outras redes de apoio. A aproximação deu-se de forma paulatina, estabelecendo um importante vínculo, especialmente, com os agentes comunitários de saúde. Eram eles quem semanalmente tinham contato com aquelas mulheres, não os policiais e equipe multidisciplinar externa, que buscavam intervir naquela realidade. Aliás, no imaginário popular, a PM por perto (nas figuras da farda, arma e viatura), representa algo errado com alguém.

As atividades preventivas, previstas pela PMMG, ainda são novidades. De um lado, a relevância do estreitamento comunitário ainda não é bem compreendida por algumas chefias. Por outro, o reduzido quantitativo de servidores para dar conta das demandas gerais requeridas à corporação, limita intervenções preventivas qualificadas, uma vez, que as de natureza repressiva são priorizadas por responderem em curto

prazo, quantitativamente reveladas nas estatísticas.

A essencialidade do serviço policial militar, disponível 24 horas por dia em todos os 853 municípios de Minas, ao passo que se constitui espaço de trabalho privilegiado para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, também se mostra limitado por ser absorvido por demandas comunitárias espontâneas de naturezas diversas, não necessariamente relacionadas à segurança pública.

Quanto às atividades no grupo formado, cuidou-se de não enfatizar que o enfoque seria a violência doméstica contra as mulheres, em que pese, o nome do projeto indicasse a direção. Buscou-se realizar concomitante às demais alternativas, 4) o monitoramento das atividades por meio da aferição da assiduidade, envolvimento e co-participação das meninas e mulheres no planejamento das atividades. Por isso, planejou-se encontros que abordassem assuntos que as motivassem caminhar até uma hora desde suas casas até o local combinado: o salão da Associação Comunitária Barra do Cedro.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

Tabela 1 - Resumo das atividades desenvolvidas entre junho de 2018 e maio de 2019

| RRE* | Nº** | Mês | Tema | Atividade | | Produto |
|------|------|----------|---------------------------------------|--|---------------------|---------------------------------|
| 01 | 33 | Jun-2018 | Os papéis atribuídos às mulheres | Oficina bordado “Arpillera”; RD*** | PPVD | Retrato em tecido |
| 02 | 37 | Jul | Saberes das mulheres da comunidade | Oficina Arpillera; Filme: Mulheres Invisíveis; RD. | PPVD; GEPAF; VIVAR. | Flâmulas temáticas |
| 03 | 42 | Ago | Mulheres e | RD; oficina artesanato; | GEPAF | Debate e bolsas |
| 04 | 30 | Set | Violência Simbólica | Dinâmica; Depoimentos | PPVD | Debate |
| 05 | 29 | Out | Saúde da Mulher | RD. sobre câncer de mama; | | Debate e bolsas |
| 06 | 32 | Nov | Violência contra as mulheres | Filme: Atadas; RD; oficina art. | PPVD; VIVAR; GEPAF | Debate e bolsas |
| 07 | 31 | Dez | Visita ao Batalhão de Polícia Militar | Avaliação 2018; Planejamento 2019; RD. | PPVD; VIVAR | Show musical e roda de conversa |
| 08 | 26 | Jan-2019 | Ciclo da Violência | Escrita e colagem; RD; oficina artes. | PPVD | Debate e bolsas |
| 09 | 30 | Fev | Autoestima | Oficina | PPVD; | Maquiagem |
| 10 | 35 | Mar | Mulheres | RD; teatro | PPVD; Os | Debate e bolsas necessaire |
| 11 | 32 | Abr | Autonomia econômica | Cartilha | GEPAF | Cálculo da produção do trabalho |
| 12 | 37 | Mai | Prevenção ao Suicídio | Dinâmica de grupo; RD. | Projeto Viver/UFVJM | Debate e bolsas necessaire |

* Relatório de Encontro/mês de execução:

** número de participantes.

*** roda de conversa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Logo no primeiro encontro, uma das integrantes relatou a um dos componentes da coordenação do projeto que nunca tinha visto aquelas mulheres falarem em reunião. Que sempre estão presentes, mas nunca emitem qualquer opinião e que foi importante a temática [violência] ter sido abordada naquele dia. O assunto rendeu caloroso debate, entre tons de voz mais altos, gargalhadas e gestos. Foi um dos primeiros pontos a serem percebidos na relação conflituosa entre gêneros naquela comunidade.

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros quotidianos e sobretudo nas assembleias), trocas de dons, trocas de mulheres, trocas de desafios [...] (BOURDIEU, 2017, p.71).

Assim como sinalizou Bourdieu (2017), os homens são quem detém a titularidade da participação nos espaços de decisão da comunidade, embora as mulheres façam-se presentes. Como são os homens quem estão à frente das decisões e tem voz, a especificidade das mulheres em nenhum momento constituiu-se prioritária, mesmo porque, elas não se colocam nos espaços (RR1, 2018).

A construção das masculinidades e feminilidades traz elementos importantes sobre aspectos comportamentais naturalizados que, no caso dos homens, aponta a submissão ao ritual que os associa à chamada “casa dos homens”, onde aprendem desde meninos seus papéis como homens, negando agressivamente qualquer traço que se projete feminino.

[...] Mesmo adulto, casado, o homem, ao mesmo tempo que “assume” o lugar de provedor, de pai que dirige a família, de marido que sabe o que é bom e correto para a mulher e as crianças, continua a frequentar peças da casa-dos-homens:

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

os cafés, os clubes, até mesmo as vezes a prisão, onde é necessário sempre se distinguir dos fracos, das femezinhas, dos “veados”, ou seja, daqueles que podem ser considerados como não-homens (WELZER-LANG, 2001, p.465).

Há questões mais amplas a serem discutidas nos encontros, que podem descortinar outros elementos característicos das relações conflituosas. Para tal aproximação, exigiu-se que os pesquisadores abrissem mão das certezas que por vezes, os regem. Reduzir o conhecimento ao lugar que seu interlocutor ocupa na sociedade e negar a multiplicidade de saberes é limitar a visão de mundo e perder a oportunidade de fortalecer os conhecimentos não “carimbados” ou oficializados por instituições de prestígio, universidades ou centros de pesquisa, tão importantes à humanidade, quanto os conhecimentos científicos. Nesse sentido,

na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, assim como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimento (SANTOS, 2007, p.79).

Mostrou-se desafiante a tarefa de nortear os encontros sempre com o cuidado de transmitir as mensagens ao grupo, uma vez que as linguagens que orientam os membros da equipe no espaço policial são aquelas relativas ao campo do direito, carregadas de técnica. Por isso, a riqueza da simplicidade, que diz muito.

[...] as imagens bordadas sob as bases das flâmulas refletem a riqueza do lugar, os significados particulares de cada componente da comunidade e a relevância da troca dos saberes. Foram compartilhados momentos únicos, evidenciado na emoção de cada componente que, em local de destaque na roda de conversa, apresentou seu trabalho e o que ele significou para si. (RE.03, 2018).

Naquele espaço, os policiais componentes da equipe são os interlocutores da Lei que há 13 anos foi promulgada e pretende proteger mulheres. Mas, mais um desafio foi evidenciado: aquelas mulheres não foram apresentadas às garantias previstas na referida Lei. São parcela excluída, condicionada às verdades e inverdades do conhecimento científico e as regras do direito. Freitas (2013) inspira a interpretação de que sem mudanças na base social, de nada adianta a formulação das legislações e políticas. Seriam, segundo a autora, insuficientes para transformar realidades.

Em um dos encontros com as mulheres do Cedro, a equipe percebeu as formas de interação do grupo e os conflitos que se processavam internamente.

[...] no espaço gramado do Batalhão, à sombra das árvores que compõem o ambiente, formou-se um grande círculo com cadeiras, cenário para a roda de conversa entre mulheres e equipe de planejamento do projeto. Elas relataram a influência das atividades no cotidiano, com riqueza de detalhes: “Hoje eu já consigo falar em público”; “Eu deixei de ser boba, não me culpo mais”; “Eu aprendi a gostar mais de mim”; “Não tem como gostar de outra pessoa sem gostar da gente mesma”; “Aprendi a tirar um tempo pra mim”; “Ela trabalha demais, chamei ela pra entrar no grupo, precisa de um tempo pra ela própria. Ela veio”; “Agradeço à Deus por estar participando”; “Nunca imaginei que um quartel fosse assim, tão grande”; “A Polícia Militar me surpreendeu”; “[Risos], nós no ônibus da Polícia e todo mundo do lado de fora sem entender”; “Foi um dos melhores encontros”; “Cida chorou a música toda” (RE.07, 2018).

Na ocasião, o ônibus da corporação buscou as participantes na comunidade, deslocando com elas até o 19º BPM. Lá, elas foram recepcionadas pela banda de música, que durante 40 minutos, as envolveu com canções populares. A elas, foram apresentados os setores: a oficina, a administração, salas de aula, auditórios, garagem, área de lazer, local de armamento e o setor de saúde. Na lógica do pensamento abissal, elas enxergaram na figura militar “o saber verdadeiro”. Quem fala, nessa lógica, importa

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

mais do que, o quê se fala. Por isso, projetar a mensagem a elas, mostrando-as que suas verdades devem ser postas na “roda” e discutidas, evidenciou-se um paradigma a ser quebrado. Verdades traduzidas em realidades violentas.

Santos (2007) defende que o saber é múltiplo e todos os tipos são incompletos, uns mais eficientes para alguns propósitos e outros, para outros. E por isso, nenhum deles pode ser considerado inválido, tampouco, mais importante que os demais. Por este viés, o conhecimento é amplo e o aprendizado, de mão dupla.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, a pretensão não foi apresentar uma conclusão do estudo, visto que, ele permanece em movimento. Ressalta-se, que até este estágio, o sentido da argumentação limitou-se a revelar que o enfrentamento da violência doméstica admite e sugere estratégias específicas. A experiência junto ao grupo oportunizou a visualização de desafios e potencialidades, por isso, é prudente a concordância com Freitas (2013), quando a autora afirma que, para o enfrentamento da violência, duas posturas são necessárias: a) preparar os profissionais para lidar com as políticas e legislações; e b) atuar de forma intersetorial. Assim, sem tais observações, as legislações, projetos e políticas tornam-se inaplicáveis.

Os encontros promovidos no âmbito do projeto MLV oferecem condições e estímulo para que as mulheres falem sobre suas vivências, constituindo assim, um espaço privilegiado para transformação de realidades. Sem a pretensão de esgotar o assunto, mas, passar por uma de suas vertentes, apontamos algumas alternativas construídas coletivamente, tais como: 1) encontros mensais, aliando difusão de informações pertinentes, rodas de conversa, intercâmbios e dinâmicas de grupo;

2) artesanato criativo reutilizando tecido doado de fardamento de policiais e bombeiros militares; 3) a identificação do alcance dos saberes, costumes e valores comunitários e 4) o monitoramento das atividades. Destaca-se, assim, o quanto são importantes e válidas as atividades compartilhadas por olhares distintos como base à formulação de alternativas viáveis à prevenção e enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Fernando Thomaz (Tradutor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRASIL. **Lei 11340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011b.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011a.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011c.

CAMBUÍ, Leonardo. **Registro Fotográfico. Arquivo MLV**. Teófilo Otoni – MG, 2019.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: encontros e diálogos entre a Polícia Militar e as mulheres da comunidade rural do Cedro – Teófilo Otoni – MG

CELLARD, A. Análise documental. In: **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. POUPART, J. et al. Petrópolis: Vozes, pp 295-316. 2008.

CRUZ, Juliana Lemes; SANTOS, Joseli Lima. Violência doméstica contra mulheres: da realidade silenciada à costura da rede. In: **Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina**. CARVALHO, Daniela T.P; SILVA, Elisa T; SANTOS, Polianna.P. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2018, p.241 - 269

FLICK, U. Utilização de documentos como dados. In: **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed Bookman, pp.230-237. 2009.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos. In: **Seminário: Violência contra as Mulheres, Gênero e Proteção Social. Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE)**. Coimbra – Portugal. 2013.

GIDDENS, Anthony. **Transformações na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**, São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 09-75.

IBGE. **Cidades**. Teófilo Otoni. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilo-otoni/panorama>. Acesso em: 10/05/2019.

MELO, Hildete Pereira de.; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MINAS GERAIS. **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais.** CINDS.2019.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Instrução nº3.03.15/2015-CG:** Regula a atuação Policial Militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG -Comando-Geral, 2015.

RE. **Relatório de encontro com grupo Mulheres do Cedro.** Visita ao Batalhão PM. Projeto MLV. Associação Comunitária Barra do Cedro. nº. 07. Teófilo Otoni – MG. 2018.

RE. **Relatório de encontro com grupo Mulheres do Cedro.** Mulheres e Agroecologia. Projeto MLV. Associação Comunitária Barra do Cedro. nº. 03. Teófilo Otoni – MG. 2018.

RR. **Relatório de reunião com grupo Mulheres do Cedro.** Projeto MLV. Associação Comunitária Barra do Cedro. nº. 01. Teófilo Otoni – MG. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.** Novos Estudos Cebrap, 79, nov. de 2007, p.71-94.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu:** uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação. USP. Nº 20. São Paulo. 2002.

TORRAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Tradução Elia